

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os esclarecimentos prestados pelo Governo na audição do Ministro da Cultura, em resposta à questão colocada pelo PCP acerca do cancelamento da BIME 2017 e da criação de condições para a sua realização futura, não foram satisfatórios, exigindo novo questionamento.

Como é conhecido, a BIME é uma iniciativa cultural de grande relevância no plano nacional e internacional, relevância que resulta do intenso e dedicado trabalho realizado pelo CENDREV – Centro Dramático de Évora desde 1987 – ano da sua primeira edição – envolvendo um número muito alargado de entidades e estruturas na sua realização, valorizando o património cultural tradicional e popular, mobilizando artistas e criadores nacionais e internacionais dos quatro cantos do mundo, conquistando públicos e contribuindo indiscutivelmente para a elevação da formação cultural dos cidadãos numa região afastada dos grandes centros e onde se torna mais difícil encontrar condições adequadas para a criação e fruição cultural.

Todo este trabalho, que leva já 30 anos de insistência e militância cívica por parte dos seus organizadores, foi feito vencendo inúmeras dificuldades e obstáculos e consolidando a identidade de um projeto cultural que desde o início se pretendeu enraizado na cultura tradicional e popular e simultaneamente capaz de proporcionar o contacto com expressões artísticas de outras culturas e povos.

Como é fácil compreender, num tempo em que à criação cultural são impostos critérios mercantilistas e em que também a cultura é sujeita à mercadorização, não terá sido fácil manter aquelas características identitárias da BIME.

As dificuldades relacionadas com o financiamento da BIME são expressão maior das dificuldades e obstáculos que lhe têm sido colocados, constituindo simultaneamente um instrumento para a sua descaracterização, a que se continua a resistir.

Apesar da alargada rede de colaborações e apoios que ao longo destes 30 anos se foi constituindo, reveladora do valor do trabalho realizado e da consolidação da iniciativa na comunidade, as dificuldades em obter financiamento para a sua realização foram crescendo. Numa primeira fase por retrocesso no apoio da autarquia e posteriormente por falta de apoio pelo Governo, a verdade é que desde 2009 que os problemas de financiamento da BIME se têm vindo a acentuar.

O apoio público direto concedido à BIME por via da DGArtes foi cortado remetendo-se o seu

financiamento para os fundos comunitários, sujeitando-o a regras de apreciação concursal quase sempre desajustadas da natureza do projeto cultural, impondo regras e procedimentos de transferência das verbas completamente desajustados das necessidades da própria organização e gerando uma completa incerteza e instabilidade na preparação de cada uma das edições, fazendo depender a realização da BIME das disponibilidades de financiamento existentes em cada momento por via do financiamento comunitário.

A desadequação deste método de financiamento tornou-se ainda mais evidente quando se constatou a impossibilidade de realizar a edição de 2015.

Apesar de se ter iniciado em outubro de 2014 o processo de contactos, protocolos e candidaturas necessárias à realização da BIME, a verdade é que o resultado final foi o cancelamento da iniciativa em resultado do atraso imposto pelo anterior Governo PSD/CDS na disponibilização dos fundos comunitários e da falta de iniciativa dos gestores dos respetivos programas para encontrar uma solução para o problema identificado.

Em Junho de 2015, assumindo-se que não seria possível realizar a edição desse ano da BIME, apontou-se a possibilidade da sua realização em 2016, tendo sido celebrado um acordo de colaboração entre o Cendrev, a Câmara Municipal de Évora, a Direcção Regional de Cultura do Alentejo e a Entidade Regional de Turismo nesse sentido.

Também esse objetivo ficou frustrado por se manterem então os atrasos (de dois anos e meio!!) nos financiamentos para a área do património e da cultura do novo quadro comunitário.

Ainda em 2016, por iniciativa da Câmara Municipal de Évora, veio a constituir-se um projeto amplo de agregação de várias estruturas e entidades culturais – Confluências – com o objetivo de envolver várias iniciativas e projetos culturais que se realizam no concelho numa programação que garanta a sua articulação.

Este projeto foi objeto de uma candidatura ao programa Alentejo 2020, não tendo sido sequer avaliado com o pretexto da falta de um documento que a autarquia garante não ser exigido para o efeito.

Tendo havido reclamação por parte da autarquia e nova recusa de apreciação por parte da gestão do Alentejo 2020, a questão está neste momento remetida para o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, por ser o ministério responsável pela gestão dos fundos comunitários, aguardando-se a sua apreciação definitiva.

Simultaneamente, há quem procure aproveitar todos estes problemas no financiamento da BIME para sugerir linhas de descaracterização daquela iniciativa no sentido do seu empobrecimento conceptual ou da sua mercantilização e elitização.

Essa atitude verifica-se até por parte de quem teve no passado pesadas responsabilidades diretas em muitos dos problemas verificados e que conduziram mesmo ao cancelamento da realização da BIME.

É o caso do atual Deputado do PSD eleito pelo círculo de Évora que, tendo integrado a Comissão Diretiva do Programa Operacional do Alentejo (Inalentejo) e tendo sido responsável direto por algumas das decisões (ou omissões) que conduziram às dificuldades de financiamento e mesmo ao cancelamento da BIME em 2015, vem agora questionar a sustentabilidade da BIME a partir de critérios económicos e financeiros, sugerindo mesmo como “solução” a cobrança de bilhetes a preços que assegurem essa sustentação financeira.

Estas posições, além de refletirem o grau de demagogia com que o PSD procura limpar-se das suas responsabilidades nas dificuldades que foram sendo colocadas à realização da BIME, traduzem ainda opções políticas que, a serem levadas à prática, prejudicariam seriamente as condições de acesso do público à BIME e a descaracterizariam irremediavelmente.

As posições do PSD desconsideram completamente o valor artístico e cultural da BIME, apagam completamente as responsabilidades do Estado na cultura fazendo depender o acesso dos cidadãos à cultura da sua capacidade de pagar bilhetes de valor elevado (excluindo por isso do acesso à cultura quem não tenha condições económicas para suportar tal encargo), reduzem a

sustentabilidade da criação artística àquilo que possa ser transformado em mercadoria cultural e transacionado de forma comercial e, por fim, conduzem a que apenas nos grandes centros urbanos e no litoral do país haja condições para assegurar alguma possibilidade de acesso à criação e fruição cultural em função daquelas dinâmicas económicas e financeiras a que subordinam a cultura.

Naturalmente que nada disso é compatível com uma sociedade que se quer desenvolvida na sua plenitude, em que os cidadãos possam ter condições de criar e fruir da arte e da cultura como elemento indispensável da sua realização pessoal e social. Nem é compatível com a conceção de democracia estabelecida na Constituição da República Portuguesa que atribui ao Estado importantes responsabilidades na garantia dessas condições de acesso à cultura. Tampouco é compatível com a defesa dos interesses dos alentejanos e do desenvolvimento do Alentejo.

O que se impõe ao Estado é, sim, a criação de condições no Alentejo para que iniciativas como a BIME se possam desenvolver e consolidar na região sem estarem permanentemente sujeitas a ameaças de estrangulamento financeiro e ao seu cancelamento.

Por absurdo que possa parecer, a realização de uma iniciativa cultural como a BIME – que não encontra paralelo no panorama cultural nacional – foi impedida três anos consecutivos por falta de financiamento comunitário, estando a sua apreciação remetida para um labirinto burocrático onde não se vislumbra um único critério de apreciação cultural a ser tido em conta na sua valoração.

Se dúvidas houvesse quanto à completa desadequação da dependência de programas e fundos comunitários para financiamento de estruturas, iniciativas e projetos culturais, este exemplo confirma-a em toda a sua extensão, para vergonha da política cultural que por esta via de estrangulamento financeiro tem comprometido ao longo de anos a liberdade de criação e fruição artística e cultural.

*Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicito através de Vexa. ao **Ministério da Cultura** os seguintes esclarecimentos:*

- 1- Que apreciação faz o Governo da BIME?
- 2- Que medidas pondera o Governo tomar para assegurar no futuro as condições necessárias à realização da BIME não a fazendo depender da disponibilidade de financiamento por via de fundos comunitários?
- 3- Que apreciação faz o Governo da opção de recorrer a programas e fundos comunitários para assegurar o financiamento de estruturas, iniciativas e projetos culturais?
- 4- Como avalia o Governo tal opção face aos inúmeros exemplos das suas consequências negativas para a liberdade de criação e fruição artística e cultural?
- 5- Como avalia o Governo esta opção em contraponto com o financiamento direto pelo Estado, nomeadamente quanto à sustentabilidade das estruturas, iniciativas e projetos culturais?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 7 de Junho de 2017

Deputado(a)s

JOÃO OLIVEIRA(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)